

ATO ANALÍTICO E FINAL DE ANÁLISE★

Maria das Graças Leite Villela Dias★

RESUMO

O artigo aborda algumas passagens da articulação teórica de Lacan sobre o ato analítico e o final de análise, a partir das noções “de-ser do sujeito suposto saber” e “destituição subjetiva”, visando a uma abordagem da transferência e do ato, temas essenciais à clínica psicanalítica. A elaboração abrange o período de 1953 a 1968, privilegiando o seminário sobre O ato psicanalítico (LACAN, 1967-1968/s.d.). Se, no início da análise, o ato analítico dá suporte ao sujeito suposto saber, ao final da análise, a destituição do sujeito suposto saber possibilita a inscrição da falta, convocando um sujeito articulado à causa de seu desejo.

Palavras-chave: de-ser do sujeito suposto saber; destituição subjetiva; ato analítico; final de análise.

ANALYTICAL ACT AND END OF ANALYSIS

ABSTRACT

The article deals with Lacan's theoretical articulation on the analytical act and the end of analysis, starting from the notions “desêtre (fr.) of the subject supposed knowledge” and “subjective destitution”, aiming at the approach of psychoanalytical clinical and of its contrivances in Lacan. Comprehends the period from 1953 to 1968, prioritizing the seminar The psychoanalytical act (LACAN, 1967-1968/s.d.). If, in the beginning of the analysis, the analytical act gives support to the subject supposed knowledge, at the end of analysis, the subjective destitution enables the record of the need, requiring a subject that is articulated to the cause of its desire.

Keywords: desêtre (fr.) of the subject supposed knowledge; subjective destitution; analytical act; end of analysis.

★ Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.
★ Psicanalista. Doutora em Teoria Psicanalítica. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ/MG. Endereço: Praça Dom Helvécio, 74 - Dom Bosco. CEP: 36301-160 - São João Del Rei, MG – Brasil.
E-mail: gvillela@ufsj.edu.br

Para Lacan (1967-1968/s.d.), fora do manejo da transferência não há ato analítico. Para Freud, o manejo da transferência é a única dificuldade realmente séria com a qual o analista se depara em seu trabalho. Segundo ele, o amor transferencial é essencial e necessário para que se inaugure a situação analítica, não devendo ser repellido ou rejeitado pelo analista. Contudo, este não deve ceder às exigências do analisante, recusando qualquer retribuição. É preciso que o analista trate o amor transferencial como “algo irreal, como uma situação que deve atravessar o tratamento e remontar às suas origens inconscientes” (FREUD, 1915 [1914]/1980, p. 216). Dessa forma, abre vias para as raízes infantis do amor transferencial, trazendo à tona os desejos sexuais ocultos e esquecidos e as fantasias que deles surgem. Em outras palavras, a genuinidade desse amor não se origina da situação atual, mas compõe-se de repetições de reações anteriores, relacionadas a algo faltoso.

A transferência é concebida como a atualização da realidade do inconsciente, cujos motivos se limitam ao desejo sexual. A emergência da transferência indica que os processos inconscientes foram ativados. A transferência nada mais é do que o aparecimento, na situação analítica, dos modos permanentes pelos quais o sujeito constitui seus objetos a partir de desejos infantis recalçados. A indestrutibilidade dos desejos infantis é atestada, segundo Lacan (1998 [1955], p. 432-433), pela “insistência repetitiva desses desejos na transferência e sua permanente rememoração num significante do qual o recalque se apoderou” e que se manifesta no discurso do sujeito, na enigmática atualização da transferência.

Em “Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956”, Lacan (1998 [1956], p. 471) insiste que cabe ao analista assegurar-se da “evidência de que o homem, desde antes de seu nascimento e para-além da morte, está preso na cadeia simbólica”, tendo sempre em mente que a dialética analista-analisante é mediada por um terceiro termo, o Outro, que, na teoria lacaniana, não é o pequeno outro, o semelhante, o parceiro imaginário. É um lugar, que se sobrepõe à ordem da linguagem; é anterior à existência do sujeito e a toda diferenciação primária. Convém, portanto, que o analista esteja imbuído da diferença radical entre o grande Outro (lugar em que se constitui, pelo viés da falta, o sujeito que fala com aquele que ouve) e o pequeno outro (em sua dimensão imaginária). Para Lacan (1998 [1957], p. 440), “é a esse Outro para-além do outro que o analista dá lugar, pela neutralidade com que se faz não ser *ne uter*, nem um nem outro dos dois que aí estão: e, se ele cala, é para dar a palavra”.

No seminário *Os escritos técnicos de Freud*, Lacan (1979 [1953-1954]) refere-se à situação analítica como sendo, em primeiro lugar, uma relação de fala: uma fala que produz efeitos, faz ato, e isso porque há transferência. Segundo ele, “cada vez que um homem fala a outro de maneira autêntica e plena, há, no sentido próprio, transferência, transferência simbólica – alguma coisa se passa que muda a natureza dos dois seres em presença” (LACAN, 1979 [1953-1954], p. 130). A estrutura da situação analítica coloca o analista como ouvinte de um discurso que ele autoriza pela demanda por associação livre. Em resposta a esse apelo, o analisante se coloca na posição de buscar a verdade sobre si mesmo e seu desejo. O analista, por sua vez, é um ouvinte paciente, cujo silêncio dá lugar

ao desdobramento da palavra do analisante. Ele intervém fazendo-se de morto, ou seja, presentificando a morte (nos registros simbólico e imaginário), seja por seu silêncio, em que presentifica a barra no Outro, seja controlando sua própria resistência, função do outro, segundo a lógica imaginária. Compete ao analista distinguir sua ação nesses dois registros.

Nesse contexto, o que caracteriza a posição do analista é sua intervenção dar-se a partir da dimensão significante. O analista é aquele a quem se dirige o significante e que, retroativamente, decide acerca do suposto sentido do discurso que lhe é dirigido. O que ocorre não é da ordem de uma identificação do analista ao sujeito suposto saber. O sujeito suposto saber é um efeito da própria estrutura da situação analítica, sendo que sua emergência supõe o respeito à regra fundamental da psicanálise.

Enfim, a situação analítica consiste na manutenção de uma relação entre dois parceiros, o analisante e o analista, situação essa mediada por um terceiro termo que, de início, é o significante sujeito suposto saber, pivô da transferência, cujo desfecho no desenrolar da experiência analítica possibilitará a inclusão, no centro desse processo, da dialética do desejo.

A transferência, pensada na perspectiva do amor, supõe não só que o analisante ame o analista, mas também que deseje ser amado por ele, colocando-se na posição de amável e presentificando o analista no lugar do Outro como um ideal do eu (lugar ao qual o analista não deve aceder). O silêncio do analista sobre esse ponto faz surgir a dupla dimensão da falta: a falta de significante no Outro e a falta do objeto no desejo.

Lacan, na década de 1950, insiste que a alienação do sujeito é o resultado primeiro de sua submissão ao universo simbólico. Porém, no seminário sobre *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (LACAN, 1993 [1964]), afirma que o sujeito não é totalmente submetido à ordem significante: “se o sujeito aparece de um lado como sentido produzido pelo significante, de outro ele aparece como *afânise*” [desaparecimento, apagamento] (LACAN, 1993 [1964], p. 199). Ou seja, se o sujeito aparece de um lado como suporte do significante que o faz falar na posição de sujeito e, de outro, como aquilo que está desaparecendo – que sofre um apagamento por não se deixar petrificar totalmente pela designação significante –, isso indica a necessidade de levarmos em consideração uma dimensão radical de inadequação entre sujeito e universo simbólico. Há algo no sujeito que não pode ser expresso no interior do campo transcendental do significante que compõe o meio universal da linguagem. E se o sujeito não pode ser totalmente idêntico ao significante que o designa, ele deve então ser compreendido como entidade dividida, descentrada. Portanto, a alienação não é completa. Antes, para Lacan, o sujeito é o *locus* de uma clivagem fundamental (SAFATLE, 2005).

No seminário mencionado acima, Lacan afirma que o manejo da transferência consiste em manter a distância entre o ponto em que o sujeito se vê como amável e o ponto em que o sujeito se vê causado como falta pelo objeto *a*. De acordo com ele:

[...] toda análise que se doutrina como devendo se terminar pela identificação ao analista revela, ao mesmo tempo, que seu verdadeiro motor está elidido. Há um mais-além para essa identificação, e esse mais-além se define pela relação e pela distância do objeto *a* minúsculo ao I maiúsculo idealizante da identificação” (LACAN, 1993 [1964], p. 257).

E conclui:

[...] é na medida em que o desejo do analista, que resta um *x*, tende para um sentido exatamente contrário à identificação, que a travessia do plano da identificação é possível, pelo intermédio da separação do sujeito na experiência, [ou seja, pela distinção do sujeito (*\$*) em relação ao objeto *a*] (LACAN, 1993 [1964], p. 259).

A confrontação com aquilo que no sujeito resiste a sua inscrição significativa se dá pela vacilação da sua identificação com o lugar fornecido pelo simbólico; o sujeito não é apenas sujeito do significativo, ele também porta em si mesmo algo da ordem do real. Essa confrontação ocorre quando esse mesmo sujeito reconhece, em seu interior, a “presença” de um núcleo de objeto. Esse objeto opaco não é outra coisa senão aquilo que Lacan procura dar conta por meio da temática do objeto *a*. Há, portanto, uma articulação entre a destituição subjetiva e o destino da categoria de objeto a partir da travessia da fantasia.

Na *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista na escola*, Lacan (1967/1968) elabora as coordenadas lógicas do início e do final da análise. O início da análise é marcado pela instituição do sujeito suposto saber e suposto desejar, ponto em que o analista é esperado. A transferência é, no início, sustentada pela lógica de *agalma* (objeto precioso e escondido no interior) e endereçada ao analista na posição de Outro do saber e do amor, ou seja, na conjunção do sujeito suposto saber com o sujeito suposto desejar. Na transferência, o analista está implicado como aquele que supostamente contém *agalma*, objeto em torno do qual se constitui a fantasia fundamental. No final da análise, o sujeito suposto saber, suportado pelo analista, é destituído. O ato analítico implica o advento do sujeito como objeto causa do desejo.

No seminário sobre *O ato psicanalítico*, Lacan (1967-1968/s.d.) busca a proximidade lógica entre o ato e a ação, situando o ato no centro da ação. Ainda quanto ao ato e seu campo, afirma que ele tem por função ser “pura evidência”. É mais, o ato “tem um correlato significativo”, a inscrição no Outro, instância que já está lá antes mesmo de ser descoberta e antes do ato. E mais ainda, “um ato é ligado à determinação do começo, e muito especialmente, ali onde há a necessidade de fazer um, precisamente porque não existe” (LACAN, 1967-1968/s.d., p. 78). E conclui que a verdadeira estrutura do ato reside, por um lado, no fato de ser pura evidência (com sua ponta significativa), e, por outro lado, no fato de instituir

um “começo lógico”, uma renovação, uma criação. Portanto, o ato tem um correlato significativo que efetua um corte estruturante, transformando radicalmente o sujeito que, após o ato, se encontrará diferente do que era antes.

O ato está presente no começo de uma psicanálise, tanto da parte do analisante quanto do analista. Do lado do analisante é o ato de decidir-se a fazer uma psicanálise que marca a procura do analista. A partir do momento em que se engaja na psicanálise, isso implica a instituição de um fazer, cujo suporte e autorização são dados pelo ato do analista. Em suma, o analisante é aquele que fala. Seu discurso é um discurso particular, que implica a existência do sujeito e cujo estatuto lógico reside em sua ordenação significativa. Do lado do analista, seu ato “consiste em autorizar a tarefa psicanalisante, com o que isso comporta de profissão de fé no sujeito suposto saber” (LACAN, 1967-1968/s.d., p. 140). Ato de fé singular que, por um lado, engaja e autoriza o analisante em sua tarefa e, por outro, é um ato insustentável, uma vez que o analista, em princípio, sabe da impossibilidade de ser o sujeito suposto saber, ou seja, ele aposta no *de-ser* deste sujeito. Portanto, o ato que garante a manutenção do sujeito suposto saber, que está no início da lógica analítica, envolve certa simulação, um embuste, pois o analista conhece de antemão e por experiência o *de-ser* desse sujeito. E por conhecê-lo, faz semblante, ficção. Lacan afirma ser esse um engodo necessário no início da análise. É preciso que o analisante acredite que exista um saber sobre seu sintoma e, assim, trabalhe na busca de seu deciframento.

Em síntese, o ato inaugural, sob a garantia da transferência, dá suporte ao sujeito suposto saber, ficção inicialmente necessária e que, ao final da análise, por seu destino ao *de-ser*, é reduzido à função do objeto *a*. Nas palavras de Lacan, “o objeto pequeno *a* é a realização desse tipo de *de-ser* que atinge o sujeito suposto saber” (LACAN, 1967-1968/s.d., p. 97). No final da análise, a desconstrução e a suspensão do significativo sujeito suposto saber apontam para o objeto *a*, objeto irremediavelmente perdido, inscrição da falta, causa da divisão do sujeito e causa do desejo.

Conforme Lacan é da subversão do sujeito que é possível retomar a função do ato, uma vez que o ato analítico implica o *de-ser* do sujeito suposto saber e a correlata destituição subjetiva, pelo viés da falta. O sujeito suporta-se como faltante sob dois aspectos: falta ao sujeito o significativo que o define, assim como seu ser é de falta: o sujeito é *falta-a-ser*. De acordo com ele:

[...] o fim da análise é, a saber, a desigualdade do sujeito a toda subjetivação possível de sua realidade sexual e a exigência de que, para que esta verdade apareça, o psicanalista já seja a representação do que mascara, obtura, tampona essa verdade, e que se chama o objeto *a*, [como aquele que o analisante rejeita no analista enquanto Outro] (LACAN, 1967-1968/s.d., p. 135).

O objeto *a*, presente desde o início no ato analítico, só surgirá no real da situação analítica, no final da análise, como destinado a ser rejeitado pelo analisante, no lugar preparado pela presença do analista. É na medida em que o analista

sabe o que é o desejo, mas não sabe o que o sujeito deseja, que ele está em posição de suportar o objeto causa desse desejo, rejeitado pelo sujeito. Nessa situação, o sujeito se reconhece como causado em sua divisão pelo objeto em questão, objeto que marca uma hiância que é a do sujeito e que se define pela castração e pela queda do objeto *a*. O confronto do analisante com esse lugar da falta, ponto de ausência de resposta do Outro (que marca a falta do significante no Outro) e também ponto de origem de seu desejo, conduz ao *de-ser* do sujeito suposto saber e à destituição subjetiva. A destituição subjetiva é, em essência, a operação da qual resulta um sujeito dividido entre o objeto *a*, que ele admitiu como causa de seu desejo, e o $-\phi$, falta correlata à castração.

Lacan (1966/1998, p. 11), na “Abertura” dos *Escritos*, afirma que a queda do objeto *a* é “reveladora por isolá-lo, ao mesmo tempo, como causa do desejo em que o sujeito se eclipsa e como suporte do sujeito entre verdade e saber”. É no ponto em que o saber falta, deixando um resíduo (o objeto *a*), que algo da ordem da verdade faz sua breve, fugaz e irremediável revelação. O questionamento do sujeito suposto saber define o campo da psicanálise, campo em que esse sujeito é reduzido à falta. No momento em que o sujeito suposto saber (que marca o começo da análise) sofre uma fratura, pela incidência da castração e pela queda do objeto *a*, a transferência se desfaz de forma singular. O analista situa-se na transferência, não como sujeito do conhecimento, mas como suporte e instrumento de revelação da verdade. Ao final da análise, o ato analítico constitui o suporte da verdade que é conquistada pelo sujeito, uma verdade particular, cujo desvelamento faz com que a realidade já não seja como era antes, instituindo, assim, um começo, uma transformação do sujeito. É dessa forma que podemos entender o ato analítico como dispositivo que só se sustenta por sua articulação com a verdade.

O final da análise é marcado pelo ato analítico por excelência, ou seja, aquele em que o analisante passa a analista. O desde então analista é o que se produz no final de uma operação que comporta a evocação da verdade, e é isso que possibilita, àquele que inicia a atividade de analista, o manejo das análises que conduzirá, ressuscitando o sujeito suposto saber, mesmo sabendo de antemão, por sua própria análise levada a termo, de seu caráter de ficção necessária. Aquele que, ao final da análise, se põe na posição de analista por ter percorrido, ele mesmo, a experiência psicanalítica, passará a conduzir os tratamentos de modo a percorrer novamente, na relação com seus pacientes, o caminho em direção ao *de-ser* do sujeito suposto saber, reduzindo-o ao objeto *a*, objeto de refugio do qual é suporte.

Se a transferência constitui o sujeito suposto saber, a análise e resolução da transferência culminam na sua queda. Portanto, o percurso do processo analítico vai em direção oposta ao seu início. Com a queda do sujeito suposto saber, algo se produz: o objeto *a*, resíduo que resiste à operação do saber e que supõe certa realização da operação verdade. A destituição subjetiva, operação correlata ao *des-ser* do sujeito suposto saber, é aquilo que ocorre quando o sujeito se reconhece na opacidade de um objeto pulsional que o constitui ao mesmo tempo em que lhe escapa; opacidade que Lacan indica toda vez que fala do advento do objeto *a*

em sua condição de resto, ou seja, na condição daquilo que é desprovido de valor do ponto de vista da sua conformação à fantasia. A confrontação com um desejo vinculado a um objeto que não se submete mais às coordenadas da fantasia impõe uma mudança radical na posição subjetiva e sustenta a possibilidade do sujeito reencontrar o núcleo de sua economia pulsional para além da fantasia.

O que se percebe ao final do processo analítico, momento em que toda crença cai, é uma falha no sujeito suposto saber. Essa é a razão do final do tratamento analítico ser tão inusitado. Com o desvanecimento do Outro o sujeito se depara com a castração, com a falta no Outro, que desvela sua inconsistência. A queda do sujeito suposto saber promove a dissolução do amor de transferência. O analista perde o valor, dado no início, de objeto agalmático, para adquirir o valor do objeto em sua face negra, de dejetivo. Por meio dessa revelação, toda a estratégia do uso da transferência vacila e a falha no Outro faz com que a fé que se tinha no sujeito suposto saber deixe de existir. A destituição do sujeito suposto saber possibilita a queda do objeto *a*, deixando descoberta a hiância do desejo do Outro (que o espelhismo do sujeito suposto saber encobria) e convoca um sujeito articulado à causa de seu desejo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicanálise é uma práxis regida pela ética do inconsciente e pelo compromisso que se estabelece entre o sujeito e seu desejo, permitindo o acesso à sua verdade; verdade essa escondida no enigma do sintoma; verdade impossível de ser dita por completo. O psicanalista tem a função (impossível) de levar o analisante a dizer o que não pode ser dito, a ‘bem dizer’ o seu sintoma. Eis a ética do bem dizer: bem dizer o sintoma, apesar de não totalmente. Segundo Quinet (2000, p. 141), “o bem dizer do sintoma é um dizer de verdade que toca o real, é um dizer sobre o núcleo irreduzível do real do sintoma”.

O sujeito entra em análise dizendo: “eu não sei o que acontece comigo”. Ele não sabe por que tem tais sintomas, por que não pode suportá-los. Podemos chegar a certo saber acerca do sintoma e a certo alívio do sofrimento pela fala, mas há algo que escapa. Na dimensão da palavra, o sujeito é sempre um enigma. Por isso, o desejo é necessariamente inconsciente. Ao tentar falar sobre o desejo, há um momento em que chegamos ao “umbigo”, onde não podemos mais alcançar. Aqui entra a idéia de destituição subjetiva. Ela consiste em dizer que, no final da análise, o sujeito saberá alguma coisa. Mas é um saber diferente, pois é um saber sobre aquilo que, no interior de si mesmo, não é sujeito e, conseqüentemente, não acede à palavra. Trata-se do que a psicanálise chama de objeto *a*, objeto do gozo: essa parte do gozo que o sujeito traz em si e da qual nada sabe.

Ao final do tratamento, isso que parecia não ser mais que um lapso ou sintoma, do qual o sujeito queria se livrar é o que de mais consistente ele pode apresentar. O que se elimina ou se destitui, no final do processo analítico, não é o sintoma, mas sim o sujeito, razão pela qual se afirma que no final de análise trata-se de uma “identificação ao sintoma”, ou ainda, seu “bem dizer”.

Para além do efeito terapêutico, a análise deve visar à extensão máxima do campo do sintoma até o “caroço”. Esta extensão se apreende graças à construção progressiva da fantasia que, por sua vez, permite apreender o laço entre os diferentes sintomas e libera a lei de seu funcionamento interno. Essa lei se ordena a partir da prevalência de certo objeto parcial, de certo modo de gozo, que retorna sempre ao mesmo lugar na variedade sintomática. A análise não liberta o sujeito do sintoma. Ela o liberta justamente do sentido do sintoma, para permitir-lhe funcionar de outra maneira.

REFERÊNCIAS

FREUD, S. Observações sobre o amor transferencial (1915 [1914]). In: _____ *Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 12, p. 208-221. Edição *Standard Brasileira*.

LACAN, J. *O seminário: os escritos técnicos de Freud (1953-1954)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Livro 1.

_____. A coisa freudiana ou o sentido do retorno a Freud em psicanálise (1955). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. p. 402-437.

_____. Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956 (1956). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. p. 461-495.

_____. *O seminário: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. Livro 11.

_____. Abertura. In: _____. *Escritos (1966)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. p. 09-11.

_____. *O seminário: o ato psicanalítico (1967-1968)*. Livro 15. (s.d., versão anônima).

_____. Proposition du 9 octobre 1967 sur le psychanalyste de l'École. *Scilicet*, Paris, n. 1, 1967/1968.

QUINET, A. *A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

SAFATLE, V. Uma clínica do sensível: a respeito da relação entre destituição subjetiva e primado do objeto. *Interações*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 123-150, jun. 2005.

Recebido em: agosto de 2006

Aceito em: abril de 2008